



Uma das conclusões do estudo de avaliação dizia respeito à singularidade do programa Rede Social no contexto europeu. Quais são esses fatores de singularidade deste programa?

A natureza do Programa e das estruturas da Rede Social fazem com que este modelo de política social ativa tenha um papel fundamental no planeamento estratégico e na intervenção integrada nos territórios (no domínio da ação social e do desenvolvimento local). A Rede Social assume, de facto, um posicionamento único no contexto europeu e nos pressupostos que sustentam o futuro da política de coesão territorial. O Programa tem, igualmente, um forte potencial de constituir *mainstreaming* para a estratégia europeia, nesta matéria.

Do ponto de vista da integração territorial de políticas (como órgão de planeamento do desenvolvimento social local), a Rede Social é singular pela conjugação de dimensões de relevância crescente nas condições contemporâneas:

- ✓ A orientação explícita para a erradicação da pobreza e da exclusão social e para a promoção do desenvolvimento social a nível local;
- ✓ A construção de formas de governança local que conjuguem a possibilidade de mobilizar as redes sociais formais, e informais, de pequena escala (o mais próximo dos problemas),
- ✓ A promoção da cooperação e colaboração intersectorial para a integração territorial de políticas,
- ✓ A promoção da cooperação estreita entre o Estado e a sociedade civil;
- ✓ A conjugação das diversas instâncias de planeamento territorial numa perspectiva integrada (compete ao atual Ministério da Solidariedade e da Segurança Social a dinamização, acompanhamento e avaliação da rede social no território continental; compete aos CLAS presididos pelos presidentes das Câmaras Municipais a concretização da Rede Social em cada concelho; compete às Comissões Sociais de Freguesia, presididas pelos respectivos presidentes de junta, a concretização em cada freguesia, sem esquecer o papel estratégico das Plataformas Supra-Concelhias).
- ✓ O envolvimento da quase totalidade dos municípios nacionais;
- ✓ (...)

Por estas e outras razões, o Programa Rede Social, que apresenta um património de experiência consolidado com mais de 10 anos, é único no contexto europeu, colocando Portugal num patamar privilegiado na resposta aos desafios contemporâneos do futuro da política de coesão territorial (inovação social, integração territorial de políticas, governança colaborativa¹, governança multi-nível, entre outros). Contudo, persistem desafios aos quais a rede terá que responder através de um *upgrade* e capacitação do seu sistema de práticas. Referimo-nos, por exemplo, ao estímulo à participação e à orientação para os cidadãos, às novas formas de responder aos problemas dos territórios, assim como a incorporação das funções de monitorização estratégica e avaliação das intervenções.

O exercício de *benchmarking* efetuado regista a inexistência de experiências equivalentes no território europeu. Nenhuma das experiências recenseadas até ao momento permite a conjugação das diversas dimensões atrás identificadas.

| País | Medida de Política | Âmbito Territorial | Competência |
|----------|--|-----------------------------|-------------|
| Alemanha | Supported Training and Employment @ Partnership (STEP) | Selectividade Territorial | Regional |
| Áustria | Pactos Territoriais para o Emprego | Cobertura Regional Integral | Regional |
| França | Contrats de Ville PACT Arim | Selectividade Territorial | Local |

¹ Trata-se de um modo de governança que assenta na organização de atores não estatais de natureza diferente em torno de fóruns ou plataformas com agentes estatais com o propósito de tomada de decisão por consenso em matérias de interesse público. A iniciativa cabe a atores públicos que promovem o envolvimento de atores não estatais em processos deliberativos e de decisão coletivos, formais e orientados para o consenso, tendo em vista a implementação de medidas de política pública.



| | | | |
|-------------|---|---------------------------|---------|
| Irlanda | Local Community and Development Partnership (POBAL) | Selectividade Territorial | Central |
| Reino Unido | New Deal for Communities | Selectividade Territorial | Local |
| Suécia | Local Development Agreements | Selectividade Territorial | Local |

De que maneira este estudo de avaliação pode constituir um apoio para o trabalho das estruturas da Rede Social?

O Projeto “Rede em Prática” pode ser visto como um produto multidimensional e integrado. Não se limita apenas a um Relatório Final de Avaliação (com resultados e recomendações) e respectivos relatórios intermédios. Deve ser visto como “obra aberta”. Nele estão contidos instrumentos reflexivos como o *Dispositivo de suporte à função de monitorização estratégica e avaliação das redes sociais – princípios e ferramentas orientadoras para uma avaliação-ação* ou o conjunto de recomendações operacionais intitulado de *Capacitação da rede social para a inovação social na resposta aos desafios contemporâneos*.

Nestes são precisamente equacionados os desafios para uma nova geração de rede, respondendo a algumas fragilidades identificadas na avaliação, como as que se registam no acompanhamento e animação estratégica das Redes, as que se registam na articulação estratégica entre as estruturas de funcionamento da Rede, a ausência de investigação e produção de conhecimento, alguns *skills gaps*, etc. Igualmente importante é a nota de que as práticas de monitorização e avaliação devem constituir-se como centrais para uma maior capacitação da ação e para uma maior busca de evidências dos resultados do conjunto das intervenções das redes sociais locais.

O Projeto contém ainda ferramentas de aprendizagem coletiva e de partilha de experiências. Estamos a falar do *Guia de Experiências*, que resulta da informação recolhida no âmbito de 20 Estudos de caso a redes sociais e que apresenta funcionalidades que podem ser majoradas por via da aprendizagem coletiva de práticas e soluções operacionalizadas nos diversos contextos territoriais estudados. Por um lado, permite impulsionar a partilha de conhecimento sobre algumas intervenções das estruturas da Rede Social, funcionando como uma “mostra” de experiências que serve o propósito de dar visibilidade ao que está a ser feito nos diferentes territórios. Por outro, serve para promover a partilha de conhecimento e aprendizagem inter-redes (veículo de aprendizagem coletiva), assim como facilita o acesso a informação útil para a criação de uma comunidade de práticas (na lógica de *peer review*), permitindo a identificação de processos e resultados passíveis de transferibilidade inter-redes.

Neste conjunto de produtos está patente a constelação de aspetos fortes das atividades das redes, mas também de lacunas e dos riscos e das mudanças que podem ser efetuadas para uma nova geração de rede social. A aprendizagem coletiva e a reflexão que se pode é, sem dúvida, um apoio ao *upgrade* das práticas reflexivas e aos caminhos que as mais de 200 redes podem percorrer para uma nova geração do Programa.

É importante notar que os materiais que resultam do projeto “Rede em Prática” são sobretudo orientadores dos processos de ação das redes sociais locais e não possuem pressupostos definitivos, prescritivos ou vinculativos. Resultam, sobretudo, das opções tomadas pela equipa de avaliação face aos resultados observados sobre o estado da arte das funções estratégicas que “essa” rede social de “nova geração” deve assumir. Por tal, alguns destes instrumentos de apoio necessitam, de forma natural, de mecanismos de animação e de operacionalização junto das redes, sejam estes em formato *workshop*, grupo técnico nominal ou de consultoria mais alargada. No fundo, trata-se de reconhecer o processo de avaliação como oportunidade de aprendizagem para o aperfeiçoamento das respostas públicas, como para a capacitação de organizações e técnicos, através do convite ao seu envolvimento suportado em exercícios de reflexividade crítica.



Mais de dez anos depois do início da implementação da Rede Social, qual a opinião da equipa que realizou o estudo “Rede em Prática” sobre a pertinência do programa. Continuará a fazer sentido?

A avaliação evidencia que o programa Rede Social nunca fez tanto sentido, como faz atualmente. Esse sentido jamais se poderá colocar em causa. Perder-se-iam mais de 10 anos de experiência acumulada na tentativa de mudança institucional. O Programa Rede Social é crucial tanto no sentido da sua dimensão de resposta aos problemas do território, como no sentido formal e inovador que apresenta como modelo de política pública.

Independentemente dos resultados menos positivos da avaliação, o programa Rede Social, ao focalizar a atenção no contributo para a erradicação da pobreza e da exclusão social, ao assegurar a cobertura integral do território do continente com formas de governança local facilitadoras da integração territorial de políticas (na ‘totalidade das localidades’) e ao reconhecer implicitamente a existência de uma especificidade local nas manifestações dos problemas e nas respostas a construir, constitui desde logo uma experiência de relevância crucial em Portugal.

E esse contributo inclui igualmente condições de resposta ao contexto de “crise” que afeta a sociedade portuguesa. A expansão previsível da pobreza e da exclusão social na sequência da atual situação justificam a relevância acrescida da Rede Social.

Por outro lado, Portugal já consolidou um instrumento de excelência. E este é único. Pode até ser um exemplo de *mainstreaming* à escala europeia e mundial. É neste quadro que se colocam alguns desafios estratégicos ao futuro da rede (a alguns dos quais já responde de forma estrutural).

Em primeiro lugar, o desafio do esforço de inovação social. O princípio da inovação deve desempenhar aqui um papel central, já que o contexto de crise tem vindo a associar-se a uma nova configuração dos problemas de pobreza e exclusão social. Na verdade, predominam as respostas tradicionais no combate aos problemas. Esta inovação associada à criação de novas formas de resposta aos problemas e na promoção do desenvolvimento social implica uma profunda reestruturação nos modos de pensar e organizar a ação. Nesta lógica, vai ser decisivo mobilizar os agentes culturais e os agentes económicos (entre outros que ocupam um lugar relativamente periférico nas actividades da Rede) para mobilizar respostas de inovação social.

É também necessário alargar o campo de intervenção da atividade substantiva das redes para uma abordagem de desenvolvimento social na Rede Social. A integração económica é igualmente crucial. Com efeito e retomando um dos produtos da avaliação, “tendo em conta o contexto actual, torna-se cada vez mais evidente a ausência, insuficiência ou desadequação das medidas correntes de política pública neste domínio. E tendo em atenção a escala e a complexidade que esses problemas revelam, as medidas existentes podem tornar-se ineficazes e financeiramente insustentáveis”.

Um outro desafio a que é necessário responder na Rede Social tem a ver com o envolvimento da população no planeamento das intervenções, projetos e atividades. Registam-se baixos níveis de envolvimento da população no funcionamento e nas atividades da Rede (de facto, apenas um quarto das redes é explicitada a população como beneficiário direto dos projetos da rede). Semelhante expressão é conferida à noção da população como participante nos processos de construção da ação (planeamento e avaliação). Valores ainda mais baixos registam-se nos processos de participação com a população na definição de estratégias e respostas aos problemas (8,4% na co-programação de atividades/projetos e 3,7% na co-elaboração de planos/instrumentos de planeamento (Diagnósticos Sociais e Planos de Desenvolvimento Social).

Embora outros desafios e resultados da avaliação não menos importantes se pudessem referir, é interessante perceber que o “estado da arte” do programa é sinergicamente compatível com os pressupostos conceptuais inscritos em alguns dos documentos orientadores de política europeia, como o *Tratado de Lisboa*, o *Livro Verde da Coesão Territorial* ou o “*Relatório Barca*”. Muitas das ideias-chave inscritas nestes documentos² fazem parte da realidade da Rede Social. Por isso, esta faz todo o sentido como modelo de política pública.

² Ideias-chave como, por exemplo, “capacidade de iniciativa e organização de base territorial à mobilização do potencial endógeno das comunidades locais tendo em vista o esforço coletivo de mobilização integral de recursos para a eficiência económica e para a inclusão



Algumas das conclusões globais do estudo apontam para evidências importantes, neste sentido:

- ✓ “está criada uma sólida cultura de trabalho conjunto entre o Estado central ISS, I. P., as Câmaras Municipais e os restantes parceiros (IPSS e Misericórdias, serviços desconcentrados do Estado, etc.)”;
- ✓ “está adquirido o trabalho em parceria no desenvolvimento da ação social e no planeamento de equipamentos sociais, em particular por técnicos de serviço social com diferentes filiações institucionais”;
- ✓ “está construída uma relação forte entre a rede e as outras parcerias sociais locais que, em muitos casos, já faz dela a “parceria das parcerias sociais”;
- ✓ (...)

Por último na resposta à questão. Independentemente dos argumentos já utilizados, o que poderia constituir uma maior ameaça ao desenvolvimento da Rede Social (o desinvestimento estratégico público), parece agora uma hipótese remota. O nível de adesão ao Seminário Nacional “Rede em Prática” realizado recentemente e que contou com cerca de 400 participantes de diversas origens administrativas, institucionais e funcionais (equipas técnicas, coordenadores, vereadores e presidentes de C.M., peritos, etc.) aliados à presença discursiva de membros do governo e outros responsáveis institucionais e políticos, constituem elementos de evidência irrefutáveis para pensar desta forma.

Contudo, como já confirmado pela avaliação, existe um caminho (ainda em construção) a tomar no posicionamento estratégico e operacional que a Rede Social deve assumir: uma nova geração de programa que melhor responda aos desafios contemporâneos, majorando as conquistas já efetuadas para respostas mais capacitadas, inovadoras e eficazes.

Rui Godinho

*Co-coordenador científico do projeto “Rede em Prática”
IESE- Instituto de Estudos Sociais e Económicos*